



ACÓRDÃO Nº495/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2388/2013.

Apeensos: Processo nº 526/2016, 5111/2012, 6291/2012, 6946/2012 e 1487/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Ana Luisa Sousa Faria Lacerda - 7854 OAB/AM

4- Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF

5- Exercício: 2012

6- Responsável: Américo Gorayeb Júnior (Ordenador de Despesa).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5309/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Administração Direta do Município de Manaus.
Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF.
Exercício de 2012.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.
Notificação. Recomendação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Américo Gorayeb Júnior, responsável pela Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF, exercício de 2012, nos termos do artigo 22, II, da Lei 2423/96;
- 9.2. Aplicar Multa** ao Sr. Américo Gorayeb Júnior no valor de R\$5.000,00, nos termos do artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno, que encaminhe à atual Administração do Secretraia Municipal de Infraestrutura - SEMINF, as cópias autênticas das peças emitidas pelo Órgão Técnico e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;



ACÓRDÃO Nº495/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.4. Notificar** o senhor Américo Gorayeb Júnior, Secretário Municipal de Infraestrutura -SEMINF à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;
- 9.5. Recomendar** a Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seminf maior cautela quanto às práticas registradas nos autos, mormente quanto a não ter formalizado termos aditivos para registro das compensações de itens da planilha orçamentária em cada uma das obras.

Vencidos: o Conselheiro-Relator Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade das contas, e o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que o acompanhou.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Redatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral